

# **O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTICULAÇÃO PARA O (RE)FAZER CONCEITUAL DA GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO.**

**Aluno: Robson Lima Alves da Silva**  
**Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva**

## **Introdução:**

Este trabalho é resultado das pesquisas e discussões levantadas no grupo de pesquisas GeTERJ<sup>1</sup>- PUC-RIO, no período de 2009- 2010 e se insere na linha de pesquisas Educação Geográfica e Sustentabilidades e tem como interesse demonstrar a importância de um ensino de geografia que valorize os educandos como parte deste constante processo de ensino aprendizagem, valorizando a abordagem conceitual da ciência como promotora da construção efetiva do ensino em sala de aula no nível básico de ensino.

De acordo com o PCN de Geografia do ensino fundamental (BRASIL, 1998), a Geografia marcou seu ensino pela criação do curso superior paralelamente à fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Universidade de São Paulo) e do seu departamento de Geografia, de 1934.

Como expõe Cavalcante (1998), o principal objetivo de institucionalização da Ciência Geográfica era contribuir na formação de cidadãos patriotas nos alunos através da difusão de ideologias nacionalistas.

Lacoste (1997) expõe que a Geografia escolar foi marcada pela Geografia francesa, e muitos professores vindos da França, influenciados pelos estudos de Vidal de La Blache influenciaram na formação da Geografia brasileira, o autor considera ainda, que a geografia francesa se baseava nas descrições regionais muitas vezes retomadas por tantas teses, cursos e manuais, conhecidos como gênero de vida.

## **Objetivos:**

A base fundamental deste trabalho estrutura-se na tentativa de relacionar o ensino de Geografia com a necessidade de uma compreensão mais objetiva e sistemática dos conceitos que considero estruturantes em tal ciência. Partirei de conceitualizações de alguns teóricos que trabalham com tais temáticas, para que daí se possa construir um embasamento referencial que expresse possibilidades analíticas da Geografia, entre elas a relativa ao ensino de Geografia no nível básico.

A Geografia como ciência tem como suporte uma série de conceitos que, por vezes, são considerados como equivalentes, problemática esta, vista, por exemplo, no uso do conceito de espaço geográfico como equivalente ao de paisagem, entre outros equiparações. Entretanto é perceptível que os conceitos geográficos expressam níveis de abstração diferenciados e, por conseqüência, as possibilidades de se trabalhar com tais conceitos nas salas de aula do ensino básico tornam-se bem mais complexas.

---

<sup>1</sup> Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro, grupo de estudos e pesquisas liderado pelo professor Dr. Augusto Cesar Pinheiro da Silva e tendo como professores colaboradores, Rejane Cristina de Araújo Rodrigues e João Luiz de Figueiredo e Silva, grupo composto por alunos bolsistas (CNPQ-PIBIC e FAPERJ) e não bolsistas colaboradores.

Optou-se por trabalhar nesta pesquisa com o conceito de território. Outros conceitos poderiam ser também trabalhados, a exemplo do conceito de região, espaço geográfico, escala, paisagem e lugar, porém a escolha deste foi feita em razão de preocupações no âmbito da temática com a qual temos trabalhado, o ensino de geografia no ensino médio.

Pensar o ensino de geografia na educação básica nos remete a analisar a importância do cotidiano dos alunos para a construção do conhecimento que é formulado na sala de aula, pois quando eles se deparam com a tentativa de uma desconstrução do que foi aprendido até então, é sem dúvida um obstáculo construído pelo próprio professor para a construção do conhecimento. Então o que será feito, deve ser uma dúvida crucial para que haja bons resultados em sala de aula. Uma das possibilidades para esse professor, seria a de pensar através do conhecimento adquirido a partir da vivência desses alunos cotidianamente. Por que ao invés de menosprezar ou ignorar esse conhecimento particular não passamos a utilizá-lo como ferramenta para começar a dar verdadeiros significados às respostas dos discentes? Assim se compreende porque, muitas vezes, eles não entendem, a necessidade de estudarem temáticas geográficas como blocos regionais, geopolítica da água, conflitos territoriais etc.

Esse constante processo de ensino busca o desenvolvimento por parte dos alunos da ampliação de suas capacidades cognitivas por meio da construção de conceitos específicos da matéria estudada, e para isso, é necessário um domínio da linguagem própria da disciplina, apontando para importância da utilização de conceitos em sala de aula, que servem como base para os posteriores desdobramentos dos conteúdos que serão trabalhados.

O embasamento teórico é fundamental para uma construção efetiva da geografia no ambiente escolar e como afirma Cavalcanti (1998) “... essas formulações científicas são referências básicas para a estruturação dos conteúdos da Geografia ensinada na escola.” Todavia, o professor no nível básico de ensino se defronta com duas possibilidades distintas para fazer seu trabalho: a primeira refere-se ao ensino baseado em práticas tradicionais e um segundo que visa práticas educativas que buscam e aplicam novas metodologias, apontando caminhos diversos para a compreensão e consolidação do que é ensinado. De um lado uma prática marcada por uma reprodução incessante de conteúdos que *a priori* são inquestionáveis e acabados, que visam à restrita memorização, do outro um ensino baseado no socioconstrutivismo que consiste na construção do conhecimento pelo próprio aluno em um processo constante de ensino aprendizagem.

Todavia, vale ressaltar que não é de interesse desta pesquisa valorizar ou menosprezar quaisquer que sejam as metodologias utilizadas, mas sim apontar caminhos para a construção efetiva do conhecimento, seja utilizando aspectos considerados tradicionais ou reformulando outros.

O aluno deve ser considerado como sujeito ativo de seu processo constante de formação e de seu desenvolvimento, cabendo ao professor atuar como mediador no processo interativo que é a educação. Sendo assim, o professor propiciará a conexão entre o aluno e o conteúdo escolar (sujeito e objeto, respectivamente) e, dessa forma, mediará o conhecimento oriundo desse sujeito para o processo ensino-aprendizagem.

### **Desenvolvimento:**

Para a análise que se pretende essa pesquisa, o enfoque no conceito de território se deu devido a uma maior clareza na compreensão fato este de considerável importância quando o público alvo é composto por alunos do nível médio de ensino e em sua grande maioria não irão cursar Geografia na graduação. Devido à multiplicidade de usos do território, e sua intrínseca relação com conceitos como os de espaço geográfico, região etc.

Com isto, a busca por diferentes abordagens e concepções do conceito de território em geografia, são de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Nessa busca por abordagens territoriais, devemos inicialmente relacionar uma outra característica que está intimamente relacionada a este conceito, que são as relações de poder, que podem ser materiais e imateriais tanto geopolíticas, como econômicas e culturais.

E como afirma Saquet (2007) essas relações de poder estão presentes nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, nas igrejas, enfim em nosso cotidiano. Onde tais relações são vividas, sentidas e, às vezes, percebidas e compreendidas diferentemente, clarificando bem o que pode-se entender das dinâmicas territoriais e das territorialidades, onde estas podem ser vividas, percebidas e compreendidas de forma distintas.

Na abordagem de Souza (2001), o território é político e cultural, visto que, este autor identifica nos espaços geográficos, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios a partir de conflitos gerados, dentre outros fatores, pelas diferenças culturais.

Souza considera importante a compreensão das relações de poder, além das relações com os recursos naturais e de produção ou as ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço. Contudo é extremamente relevante à compreensão da dinâmica existente entre quem domina ou/e influencia e como domina e/ou influencia esse espaço. Souza chama atenção à ideia de poder-território-autonomia, não reduzido apenas ao viés estatal, mas relacionando à constituição de grupos determinantes na configuração e delimitação de territórios, como por exemplo, os territórios da prostituição, (Mattos & Ribeiro, 1994 apud Souza in Castro, 2001) e a territorialidade pentecostal, (Machado, 1992 apud Souza in Castro, 2001).

Tanto no território da prostituição como em territórios do tráfico de drogas, pode haver territórios tanto amigos, quanto inimigos, sendo possível e ocorre na maioria dos casos, a presença de conflitos e disputas. Toda essa organização é paralela ao Estado e este não participa da configuração da territorialidade desses grupos devido à ilegalidade que lhe é peculiar (SOUZA in: CASTRO, 2001).

Todo esse dinamismo territorial caracteriza-nos como pertencentes a um determinado espaço que nos identifica socialmente, remetendo-nos a ideia de pertencimento. Desta forma o espaço remete-nos ao entendimento de “espaço de identidade ideológico-cultural”, articulado em função de interesses específicos, que tanto podem ser econômicos, quanto de classes que nele reconhece sua base territorial de reprodução.

Souza refere-se ao território como espaço de relações de poder, todavia não deixa de trabalhar com os aspectos relacionados à identidade e as mais variadas interrelações existentes entre o território e o grupo social que ali se identifica.

Para isso utiliza de simbologias e aspectos culturais que podem ser considerados como aspectos que os relacionam a materialidade do lugar, trazendo assim uma ponte de valores que identificam as pessoas com o território, tal identidade territorial propiciará uma incorporação destes a defesa de seu território.

O território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Essa multiplicidade territorial, marcada de forma explícita, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes, são temáticas que envolvem o cotidiano de jovens e adolescentes, que podem, na escola, compreender tais dinâmicas socioespaciais.

Outro autor que trabalha com a abordagem territorial é Rogério Haesbaert que analisa o território em diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: Jurídico-política -- o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder sendo este em sua grande maioria

exercida pelo Estado (poder político); Cultural -- prioriza a dimensão simbólica, onde o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômica — enfoca a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporando no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Haesbaert (2002) ainda identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios rede e os aglomerados de exclusão. Nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas.

Outro autor que busca essa análise territorial é Saquet, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, Saquet considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. “A natureza está no território, é dele indissociável”.

O território vem assumindo um papel cada vez mais central no âmbito do discurso geográfico, contribuindo de modo significativo para a evolução do pensamento em torno da disciplina como um todo. Uma das preocupações mais recentes da Geografia é com a construção de uma conceituação de território que leve em consideração a ação de seus atores, o ser humano em sociedade, promotor de transformações na via do sistema econômico, da política e estabelecimento de instituições. No bojo deste modo de repensar o território há, também, a necessidade de se incluir a natureza enquanto uma de suas partes integrantes, mas, evitando-se cair numa redução do conceito a ecossistemas regidos por leis naturais.

Cada vez mais podemos perceber a complexidade deste conceito-chave para se alcançar a compreensão da dinâmica da sociedade, uma vez que esta materializa uma série de relações subjetivas no espaço.

Neste sentido o território nos é colocado como conteúdo, meio e processo (SAQUET, 2007) das relações sociais (alteridade) e das relações de exterioridade (homem-natureza), tela em que se desenvolve o tempo histórico e o tempo das simultaneidades.

Esta pesquisa procura apresentar a melhor compreensão sobre o conceito de território, não somente enquanto relações de poder, mas, sobretudo, enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural, associando às pesquisas dos autores, referindo-se as abordagens feitas a este conceito, passando desde embates por relações de poder até mudanças sócio-econômicas e culturais. Desta forma, buscou-se compreender o movimento que faz com que o território constitua o *locus* da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva.

Essa relação identidade-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento, o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa rede de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território. Associando a isto temos o meio de vivência desses alunos e a importância deste para a integralidade de um ensino que valoriza as experiências neste locus no individual e coletivo repleto de relações de poder que variam desde a escala local para a global.

### **Metodologia:**

A metodologia adotada para maior compreensão das possibilidades e viabilidades do seguinte trabalho baseou-se primeiramente em pensar como poderíamos trabalhar um conceito de Geografia em sala de aula, empreitada nada fácil, pois devido às múltiplas abstrações conceituais com que nos deparamos, levou-nos uma maior busca teórica. Devido a

isso não haver o enfoque em determinada definição, mas sim uma complementaridade dos vários teóricos que abordam a temática territorial.

Num segundo momento buscou-se analisar os livros didáticos trabalhados na rede oficial de ensino do Rio de Janeiro, tal análise fundamentou-se em como o conceito é apresentado, quais os enfoques etc. Já no terceiro momento foi feita a leitura dos parâmetros curriculares nacionais de Geografia.

Em relação à análise de livros didáticos distribuídos pelo PNLD (programa nacional do livro didático), nas escolas do Rio de Janeiro temos uma série de livros analisados onde uma pequena minoria abordava o conceito de território e territorialidade tentando trazer uma definição que clarificasse o entendimento dos alunos, e no caso supracitado ligado a idéia de Estado-Nação, (Almeida & Rigolin, 2009). Todavia não deixando de relacionar a territorialidade exercida pelos agentes econômicos, religiosos e sociais.

A busca pela integração dos conceitos e suas relações com os conteúdos curriculares de Geografia Geral e Geografia do Brasil para o Ensino Médio são extremamente relevantes, quando pensamos em uma disciplina que se baseia em conceitos interligados para maior compreensão de suas dinâmicas.

Para uma maior fundamentação teórica para a pesquisa, a busca nos parâmetros curriculares nacionais (PCN) de bases para o entendimento do que realmente deve ser trabalhado na ciência geográfica e sua importância social na formação de cidadãos foi bastante relevante.

Com isso a preocupação com um ensino mais integrado ganha destaque nos debates educacionais, orientando a construção e a materialização das propostas curriculares. Dentre essas mudanças em escala nacional temos a reforma do Ensino Médio tipificado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), sendo o último a ser publicado em 1999, os quais apresentam como eixo norteador a reorganização curricular baseada em uma integração e para isso palavras como interdisciplinaridade e contextualização fazem parte de todo o escopo do texto.

A reforma educacional do ensino médio pode ser entendida como uma reforma particular, com características resultantes do interesse atribuídos a esse nível de ensino na atual conjuntura social. Onde tais interesses estão intimamente relacionados entre o nível médio de ensino, o trabalho e o emprego, relacionada com a pretensão de formar alunos com conhecimentos mais complexos, não focalizados unicamente no ensino fundamental, um ensino integrado que vise o mercado de trabalho.

Na análise feita dos PCN de Geografia do ensino fundamental é perceptível uma valorização dos aspectos culturais (simbólicos) no território desvalorizando na maioria dos casos as relações de poder que são intrínsecas a esse território. Valorizou-se nos PCN uma das vertentes do território em detrimento de aspectos relacionados às questões políticas e econômicas.

Para uma maior compreensão de como o conceito de território foi trabalhado (ou simplesmente citado) em algumas coleções de livros didáticos utilizados nas escolas da rede oficial de ensino do estado Rio de Janeiro, foi feita uma seleção que valorizasse dentre outros fatores, uma diversidade autoral, no que tange até mesmo a formação acadêmica desses autores. Contudo para essa seleção foram escolhidas quatro coleções, todas sendo de Geografia Geral e do Brasil e volume único. As coleções são as seguintes “Geografia – Espaço e vivência” de Levon Boligian e Andressa Alves 1ª edição em 2004, “Geografia – Geral e do Brasil” de Lucia Marina de Almeida e Tércio Rigolin 1ª edição 2009, “Sociedade & Espaço- Geografia geral e do Brasil” de José Willian Vesentini 4ª edição 2005 e por fim a coleção de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira “Geografia Geral e do Brasil – Espaço Geográfico e Globalização” 2ª edição 2002.

A análise dos livros foi dividida da seguinte forma: 1) leitura específica do texto para a identificação do trabalho com o conceito de território; 2) conclusão geral sobre o tratamento dado ao conceito de território e sobre os conteúdos do volume.

O “livro –” *Sociedade e Espaço—Geografia Geral e do Brasil*”, de José Willian Vesentini, inicia ainda em sua introdução abordagem de conceitos como escala e região, o que sequencia também no início do capítulo 01, ao tratar do conceito fundante da Geografia o Espaço Geográfico, fazendo isso de maneira bastante adequada, utilizando o conceito base, como contexto para o desdobramento de processos como o de industrialização, globalização e a atual dinâmica do capitalismo.

Todavia o território na obra de Vesentini está estritamente vinculada ao conceito de Estado-Nação e localização. Como exemplo, no capítulo 02, página 30, quando aborda o tópico do surgimento dos Estados Nacionais “O Estado Nacional moderno ou Estado Nação, consiste basicamente num Estado que exerce soberania (dominação) sobre um certo território delimitado por fronteiras e afirma representar uma nação”, dando sequência tem-se outro fragmento do texto, que aborda a temática referente a construção das nacionalidades, “As nações modernas foram de fato uma construção, algo que em grande parte, foi imposto e construído de cima para baixo, por uma classe ou grupo, que se tornou vitoriosa num processo de lutas. Essas lutas unificaram regiões num território comum, submetido as mesmas às mesmas leis, e os habitantes de algumas áreas tiveram de aprender um novo idioma e professar um novo tipo de patriotismo ou nacionalismo”. Os aspectos culturais/simbólicos do território não são ressaltados, nem mesmo a territorialidade. Ainda que não tenha sido detectadas incorreções, conclui-se que o conceito de território é pouco explorado, tendo o autor priorizado o trabalho com o conceito de espaço geográfico, as relações homem-natureza e aos processos e fenômenos naturais.

A obra de Almeida & Rigolin “*Geografia Geral e do Brasil*”, em sua clara divisão em unidades é exposto ainda na unidade II, capítulo 15, algumas definições claras referentes ao conceito de Estado Nação e Nação, tratados no capítulo de forma distinta, além de abordar o conceito de território e territorialidade também de maneira distinta. Com uma definição de Nação e Estado Nação bem claras incrementadas com um citação de Milton Santos do livro “*Por uma Geografia Nova*” O Estado Nação é essencialmente formado de três elementos: o território, um povo e a soberania...”. Além disso utiliza um definição de território relacionando-o ao espaço geográfico, vindo este antes do território.

Contudo nessa busca por definições, associa soberania à territorialidade como se ambos tratassem da mesma questão. Todavia os autores almejam incessantemente uma relação entre todos esses conceitos.

Outro exemplo é apresentado no capítulo 18 que têm como título –“Oriente Médio: Território e territorialidade”-, onde é possível perceber que o conceito de território é apresentado sob nova forma, tornando-se repleto de características locais e físicas (naturais). Em um dos tópicos do capítulo supracitado, que têm por subtítulo –“Conflitos pelo território: a territorialidade” aborda-se de maneira contundente a questão palestina e a criação do Estado de Israel em 1948, apresentando os curdos como representantes da maior etnia sem território do mundo, logo após utilizam a seguinte frase – “Outros exemplos de luta pela territorialidade no Oriente Médio são o fundamentalismo islâmico (denominada territorialidade político-religiosa) e as transnacionais do petróleo controladas pelos EUA e por países europeus que aí exercem uma territorialidade econômica.

No capítulo 19 –“A formação do território brasileiro”- o enfoque é estritamente na formação territorial vinculado ao Estado-Nação, relacionada à formação territorial e atual configuração territorial. Seguindo logo no capítulo 20 –“ O território brasileiro: posição geográfica e territorialidade”- vincula-se novamente a territorialidade no sentido de soberania política sobre o território nacional, além de abordar conceitos como segurança nacional e

soberania em nenhum momento observou-se a relação destes como o conceito de território que de maneira tão explícita é tratado (ou melhor citado de maneira pontual e desconexa), em muitos capítulos do livro.

Outra obra analisada foi o livro de volume único –“Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização” de Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, nesta obra composto por 07 unidades é perceptível ainda na análise do sumário o não interesse pela base conceitual. Onde esses autores simplesmente ignoraram a base conceitual da Geografia, para isto vejamos alguns exemplos, na Unidade II, cujo título é – “Industrialização e Geopolítica”- não se trabalha sequer com o conceito de Estado-nação, constatou-se a ausência de conteúdos permeados pelo conceito de território.

Na Unidade I, intitulada – Capitalismo: O sistema econômico que mais modelou o Espaço Geográfico “- parece-nos ao menos que o conceito supracitado no título terá algum destaque, entretanto isso não ocorre, o enfoque dos autores se dará basicamente em torno das origens do capitalismo, o conceito de subdesenvolvimento, geopolítica do pós-guerra e por fim a nova ordem mundial. Em vias de conclusão, esse formato de obra, impossibilita o entendimento dos conceitos básicos da ciência geográfica, prejudicando o processo de aprendizagem e o interesse desses alunos.

O livro –“Geografia: Espaço e vivência”- de autoria de Levon Boligian e Andressa Alves em relação conteúdo analisado nos livros selecionados conclui-se que somente nesta obra existe um empenho maior dos autores em desenvolver conteúdos baseados no conceito de território. Nos outros exemplares, esse conceito surge de maneira incipiente e pontual.

Desde o sumário da obra é clara a presença de conceitos como o de lugar , paisagem, espaço geográfico, escala, região e território. Na unidade VI, -“O espaço Geográfico brasileiro” é abordado o conceito de Estado-Nação, relacionando ao conceito de território e espaço geográfico, além de tratar de temáticas como o Estado e a gestão do território nacional no século XXI, em sequência trata das regionalizações oficiais, a ocupação do território e as marcas nas paisagens brasileiras. Ou seja, a obra Espaço e vivência foi a que de todas já citadas teve a preocupação em valorizar os conceitos bases da Geografia, não só citando e/ou definindo, mas relacionando os conceitos de forma bastante articulada o que é demonstrado na leitura dos capítulos da obra e Alves e Boligian.

Privilegiou-se, na maioria das obras, o trabalho com os conceitos de espaço geográfico e paisagem, assim como a noção de regionalização. Na realidade, detectou-se um trabalho concentrado a respeito do conceito de território na obra de Alves e Boligian, característica esta que demonstra, um planejamento descontínuo de apresentação dos conteúdos conceituais na maioria das obras aqui apresentadas, não somente com relação ao conceito de território, mas aos demais conceitos básicos da Geografia. Outro aspecto importante refere-se ao predomínio de uma abordagem político-econômica, que, de maneira geral, permeou o conceito de território apresentado nas quatro coleções.

Neste sentido, é explícito a ausência de um cuidado dos autores dos livros em apoiar-se nos PCN de Geografia, os quais apóiam-se, em uma proposta teórico-metodológica plural de ensino.

Contudo um dos desafios para o professor nesse processo é o de pensar em atividades criativas que consigam unir a denominada cultura escolar (Cavalcante, 1998) (uma seleção do repertório cultural da humanidade); a cultura da escola, (são ritmos, a linguagem, as práticas e os comportamentos desenvolvidos no cotidiano da escola), e a cultura dos agentes, (o conjunto de saberes e práticas construídos pelos professores, alunos e outros que atuam nesse espaço) em sua experiência cotidiana dentro e fora da escola.

Porém se a escola é esse ambiente de diversidade cultural e, conseqüentemente o lugar do encontro, do conflito, do embate, implica então que o conteúdo trabalhado e a forma como se trabalha devem levar em conta a cultura dos alunos e toda a sua diversidade. Entretanto é

relevante que os professores considerem o conhecimento geográfico que acompanha os alunos em sua vivência particular.

Essa relação empírica e teórica é fundamental para o entendimento do saber geográfico na escola. O espaço geográfico é considerado por muitos geógrafos como a matéria prima da geografia, todavia, podemos ter várias interpretações diferentes a cerca do uso do espaço. Dentro dessas interpretações, podemos citar o território e sua relação intrínseca entre espaço e poder, pois à medida que percebemos o exercício do poder sobre determinado espaço esse se torna um território.

Todavia, toda essa discussão territorial se tornaria mais facilmente interpretada se o professor optasse por dar exemplos a partir da vivência cotidiana dos discentes, por exemplo, utilizar a casa onde esse aluno reside como o espaço geográfico, onde cada cômodo representaria um território diferenciado, o quarto representaria o seu território, onde este exerce um poder concedido por seus pais ou responsáveis dentro do espaço da casa, um exemplo simples que configura relações de poder em nosso espaço de vida.

O trabalho com o conceito de território em sala de aula pode ser feito a partir de exemplos onde este conceito se insere. Como por exemplo, trazer à discussão que os diversos territórios são caracterizados não somente pelas diferentes escalas cartográficas e geográficas onde existem, mas pelas diferentes relações de poder que se estabelecem em seu interior. Os territórios podem existir dentro das mais diversas escalas. Eles podem ser grandes ou pequenos, próximos ou distantes, duradouros ou temporários. Conforme já mencionado, costuma-se fazer muita confusão com este conceito, associando-o apenas ao território nacional, problemática esta, vista, por exemplo, nos livros didáticos. Entretanto, os territórios podem ser construídos ou (re)construídos no mesmo local de vivência cotidiana ou muito distantes, geograficamente, de onde vivemos. Considerando-se a escala local, o território pode ser aquele espaço ocupado por grupos de prostitutas e travestis, chamado por SOUZA (1995) de “territorialidades flexíveis”. Esses espaços apresentam funções diferenciadas: durante o dia, as ruas são tomadas por um tipo de paisagem caracterizada pelo movimento típico de uma cidade, onde as pessoas fazem compras, trabalham nos escritórios, no comércio fixo e ambulante, nos transportes etc.; à noite, esse mesmo espaço cede lugar à outra categoria de frequentadores, como as prostitutas e os travestis. Geralmente, esses territórios ocupados à noite são palco de disputa entre os grupos rivais – nesse caso, prostitutas x travestis, pelo controle do espaço.

Poder-se-ia citar ainda, as áreas ocupadas por torcidas organizadas dos times de futebol que, em dia de jogos, ocupam uma determinada área do estádio de futebol, formando ali um território temporário. O mesmo acontece com a torcida rival, que ocupa outra parcela do estádio, formando igualmente outro território. Há ainda, por exemplo, as áreas ocupadas por artistas diversos, que expõem seus artesanatos, pinturas a óleo etc., nas praças de algumas cidades, dominando esses espaços no período em que lá estão. Outra questão importante a se destacada diz respeito aos limites dos territórios, estes são geralmente instáveis, e sofrem alterações de acordo com a necessidade de expansão das suas áreas de influência, podendo deslizar para ruas vizinhas, becos, praças, ou até sofrerem redução. Esses territórios são, portanto, móveis, pois seus limites tendem a ser instáveis e, por esse motivo, “a criação da identidade territorial é apenas relativa, digamos, mais propriamente funcional do que afetiva”. (SOUZA, 1995:88), ou seja, a ligação entre as pessoas e o espaço físico que elas ocupam se estabelece numa relação que é baseada em interesses, isto é, a existência da identidade está condicionada à capacidade que o território possui de oferecer o que seus “habitantes” esperam encontrar.

Por outro lado, ao nos referirmos ao território nacional, cujos limites e tempo de existência são duradouros, percebemos que seus habitantes podem apresentar forte identidade com esse espaço devido às raízes históricas e aos sentimentos patrióticos que os une.



Retomando a discussão sobre o conceito de território, é importante observar que os exemplos citados deixam claro que os territórios só existem se forem constituídos por relações de poder estabelecidas entre os homens que os construíram. Assim, um espaço só pode ser considerado um território se estiver permeado pelo poder ou pela disputa pelo seu controle. O “tempo de vida” dos territórios também é transitório, podendo perdurar por décadas, séculos ou, ainda, ter existência periódica ou simplesmente acabar definitivamente. Alguns territórios podem ser extintos temporariamente, e depois de algum tempo voltar a sua existência anterior. Todos esses exemplos podem ser abordados em sala de aula, de forma que venham demonstrar para esses alunos o porquê do estudo das dinâmicas territoriais exemplificadas nos conflitos territoriais entre tribos africanas ou a questão das disputas históricas pelo território entre Israel e Palestina, a soberania de um país, as relações diplomáticas entre nações etc., sairíamos da escala de análise local para a regional ou global.

Toda essa preocupação em torno de como se trabalhar conceitos básicos da geografia em sala de aula se torna necessária quando a prática docente não tem obtido êxito em sanar uma problemática que acompanha a Geografia na sala de aula, a não compreensão dos alunos da importância do estudo da Geografia. Este conteúdo sem respostas aos porquês dos alunos permanece a desassociar a Geografia que os alunos aprendem, do mundo em que vivem, das suas práticas cotidianas. Tal fato ocorre devido a não compreensão do que é ensinado e, muitas vezes, remete a um despreparo do professor na abordagem de determinados assuntos.

A escola e o professor, para cumprirem de maneira eficiente seus respectivos papéis sociais (formar alunos-cidadãos) deverão buscar meios para que as atividades em sala de aula permitam a concretização de um processo constante de ensino que só ocorrerá, de fato, com o interesse e a participação de todos os atores desse processo, um dos meios seria contextualizar determinadas temáticas envolvendo o conceito de território, como foi explicitado nos exemplos dados.

Para que se ensine Geografia, deve ser feita a escolha do conteúdo visando responsabilizá-lo para a formação cidadã, tendo como premissa o entendimento do mundo por esses alunos, a forma como iremos elaborar a construção do conhecimento deverá dispor do anseio permanente de proporcionar o avanço do conhecimento empírico para o conhecimento científico. Contudo, uma preocupação central deve permear o trabalho do professor, evitando-se que a transposição didática seja uma mera simplificação das abordagens geográficas feitas na Universidade.

Essa construção do conhecimento ocorre em uma relação mútua entre professores e alunos no ambiente escolar, em que a função do professor é identificar o conhecimento que foi construído pelo aluno em determinado tema e criar meios para que ele busque ferramentas para a construção do conhecimento científico e sistematizado.

### **Conclusões:**

A elaboração desta pesquisa demonstrou a importância da abordagem conceitual no ensino básico, mais claramente no ensino médio da educação básica, onde a construção efetiva do conhecimento geográfico se daria de forma mais concreta se houvesse uma maior preocupação em associar a disciplina escolar geografia e seus conteúdos, a exemplos cotidianos, não tentando desvalorizá-la como ciência tornando-a simplista, mas tentando torná-la compreensível aos alunos.

Uma das preocupações centrais da geografia ultimamente é a de fazer uma análise do conjunto de relações que atuam no processo de construção do espaço geográfico, “a Geografia é uma ciência que nos possibilita o entendimento do movimento contraditório da sociedade contemporânea” (SAQUET, 2002, p. 16). Sendo assim os alunos terão uma visão de mundo e das forças que agem e configuram diferentes territórios, podendo interagir e interferir como

cidadãos ativos e atuantes na busca de transformações na sociedade. “É preciso fazer uma Geografia comprometida com os interesses sociais”. (OLIVEIRA, 2002, pág.1).

Cabe hoje a ciência geográfica e ao ensino de geografia, o papel de formar cidadãos capazes de realizarem a interpretação da totalidade mundo. Para Callai (2003), o ensino da geografia deve incorporar o estudo do território como fundamental para que possa entender as relações que ocorrem entre os homens, estruturadas num determinado tempo e espaço. Também ressalta que no período das séries iniciais do Ensino Fundamental, deve-se construir os conceitos básicos da área, e que são básicos para a vida. Contudo, atualmente percebe-se uma não valorização da geografia nas escolas de educação básica, e a resposta para tal indagação poderia ser respondida pela total desconexão do mundo vivido que comumente é feita nas salas de aula.

A possível articulação entre ensino e pesquisa no trabalho do professor da educação básica é algo que há algum tempo tem merecido atenção. As discussões sobre formação docente têm revelado a necessidade de ser analisada a complexidade da tarefa de ensinar.

Atualmente nos deparamos com uma modalidade que pressupõe que se devem formar professores especialistas, onde todo o seu aparato intelectual deverá ser aplicado na prática. Trata-se de uma formação que situa o professor como técnico que dissemina conhecimentos. Os modelos formativos fundamentados nessa concepção tradicional parecem não dar conta das necessidades formativas dos professores, ou seja, é uma forma baseada em uma compreensão que visa simplesmente o saber o conteúdo sem haver o interesse de como este conteúdo será ensinado. Em consequência disso, no contexto atual os debates sobre formação docente indicam a configuração de um novo modelo de formação, deslocando o foco de análise da dimensão do saber fazer para a discussão dos saberes e práticas docentes, dando maior sentido as experiências nas aprendizagens profissionais.

Debater sobre formação de professores, portanto, implica revisar a compreensão de sua prática pedagógica cotidiana. Pressupõe também refletir-se sobre a necessidade de articulação entre teoria e prática, compreendendo a trajetória profissional vivenciada no contexto da sala de aula como possibilitadora de aprendizagens docentes. Representa entender também que a prática docente configura-se como importante elemento no processo de desenvolvimento profissional do professor.

A formação de professores representa um grande desafio na atualidade. Por essa razão, os estudos sobre formação docente têm avançado e apontam novas questões para investigação, sugerindo, que os processos de formação incorporem o diálogo com as práticas docentes desenvolvidas nas escolas, nesse sentido é que se dá a importância de um estágio supervisionado que garanta um aprofundamento nas relações cotidianas entre o estagiário e o professor regente dos colégios. Todavia, as pesquisas sobre formação docente estão marcadas por enfoques que privilegiam a prática docente e os saberes dos professores, apontando para a importância de uma atuação reflexiva que valorize os saberes da experiência.

Dessa forma, vale ressaltar que o contexto da aula envolve não somente o trabalho com os conteúdos programáticos, mas envolve também relações interpessoais; implica na construção de habilidades para gestão da sala de aula, exigindo que o professor busque soluções para os problemas e conflitos que permeiam o processo de ensino aprendizagem.

A prática docente mobiliza o professor na produção durante o exercício prático, os saberes necessários para sua atuação, reelaborando sua ação pedagógica numa atitude crítico-reflexiva que produz modos de agir essenciais para o desenvolvimento de sua prática docente.

É viável considerar que o saber docente diz respeito ao saber-fazer e que sua construção resulta da articulação entre diferentes saberes. Sob esse ponto de vista, o saber docente não resulta apenas da utilização de conhecimentos teóricos, mas esses conhecimentos são reconstruídos nos movimentos da atuação docente.

Deve-se reforçar que os saberes da formação são importantes, entretanto, por si só, esses saberes não são suficientes para dar conta das múltiplas possibilidades da prática docente, pois o professor mesmo dominando o conteúdo trabalhado se não souber como abordá-los em sala de aula não terá bons resultados. A prática docente cotidiana é, portanto, resultado de um processo de construção constante onde alguns elementos dessa prática permanecem, enquanto outros são alterados.

O professor precisa assumir-se como pesquisador da própria prática, encaminhando crítica e sistematicamente sua atividade para identificar os pontos críticos de cada situação de ensino. A pesquisa deveria ser a base do ensino dos professores, tendo como foco central a prática de metodologias propícias a uma construção efetiva dos conteúdos trabalhados em sala de aula, ou seja, um profissional pesquisador de suas próprias práticas, que fazem de suas salas de aula verdadeiros laboratórios de ensino.

Todavia, é perceptível que o exercício da pesquisa continua, em muitos casos, sendo privilégio da universidade. Como associar a pesquisa em educação das duas realidades distintas, a da universidade, onde ela é usualmente elaborada, e a da escola de educação básica, onde ela é requisitada, é um dos desafios atuais. Construir pontes entre essas duas modalidades não é tarefa fácil. Problemáticas como a não produtividade, ou mesmo de não alcance da pesquisa universitária junto à escola básica devem ser vistas com mais atenção. Além da evidência de que os professores dessa escola estão mais habilitados para perceber os problemas cruciais que afligem esse nível de ensino, do que muitos teóricos da educação, que sequer entraram em uma sala de aula do nível básico. Ao mesmo tempo, esses professores, que foram formados pela universidade, deveriam ter recebido ali sua devida iniciação à pesquisa, para poderem se desenvolver plenamente como profissionais críticos de sua prática.

A viabilidade de se propor metodologias em sala de aula é justificado, por exemplo, na flexibilidade curricular do ensino médio no qual a determinação dos conteúdos de cada área do conhecimento pode ser organizada conforme o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP).

O trabalho com o conceito de território em sala de aula pode ser feito a partir de exemplos onde este conceito se insere, e pode ser utilizado de modo que seja um facilitador da compreensão das atuais dinâmicas geográficas. Por ter assumido um papel cada vez mais central no âmbito do discurso geográfico, sua contribuição pode ser bastante significativa para a evolução do pensamento em torno da disciplina como um todo.

Pode-se dizer que conteúdo e a metodologia do ensino de Geografia passaram a não compreender mais os desejos de conhecimento dos alunos e da sociedade em geral, por isso a urgente necessidade de se propor novas metodologias de ensino.

A elaboração de uma metodologia eficaz na transposição dos conhecimentos da academia, utilizando-se de conteúdos muitas vezes abordados, porém de difícil compreensão, é com certeza algo fundamental, no ensino da ciência geográfica. Utilizando-se da linguagem geográfica e sua relação com a vivência particular dos alunos, pode-se gerar uma fonte de explicações para as dificuldades que tais possam vir a ter na compreensão dos conceitos da Geografia.

O constante processo de ensino busca o desenvolvimento por parte dos alunos da ampliação de suas capacidades cognitivas por meio da construção de conceitos específicos da matéria estudada, e para isso, é necessário um domínio da linguagem própria da disciplina, apontando para a importância da utilização de conceitos em sala de aula, que servem como base para os posteriores desdobramentos dos conteúdos que serão trabalhados.

Considera-se de fundamental importância um (re)pensar metodológico ao que tange a utilização de conceitos geográficos em sala de aula, pois conforme explicitado anteriormente, um ensino integrado com a realidade vivida possibilita um entendimento mais concreto do que seja a geografia, podendo ser um meio para formação de alunos cidadãos, que

compreendem as dinâmicas espaciais e percebem sua atuação constante nas mudanças no território em que vivem.

### **Bibliografia de referência**

BRASIL, Ministério da Educação – MEC, Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 4 v. 1999. (Acessível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)).

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, CALLAI, Helena C., KAERCHER, Nestor A. Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre Artmed, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT. Rogério, O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. RJ, Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. Currículo sem fronteiras. vol. 5, n. 2, jul/dez, 2005, p. 50-64. Acessível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>

MORIN. Edgard, Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo : Ed Cortez, 2000.

MORIN. Edgard, A cabeça bem feita : repensar a reforma-reformar o pensamento, 15º edição. Bertrand Brasil, 2008.

PASSINI, Elza Yasuko. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. Ed. Contexto, 2007.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo, EDUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

VESENTINNI. José William, Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A Geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008.

#### **Livros Didáticos:**

VESENTINI, José William. Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil-44ª edição. São Paulo, Ática, 2005.

SENE, Eustáquio de. Moreira, João Carlos. Geografia Geral e do Brasil: espaço Geográfico e globalização- São Paulo Ed. Scipione, 2002.

BOLIGIAN, Levon. ALVES BOLIGIAN, Andressa Turcatel. Geografia : espaço e vivência, São Paulo- Ed. Atual, 2004.

ALMEIDA, Lucia Marina Alves de. RIGOLIN, Tércio. Geografia: Geografia Geral e do Brasil- 1ª Edição, Ed. Ática, 2005.